

SPRS PLATÃO CAPITAL II S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e  
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

SPRS PLATÃO CAPITAL II S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa- método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidadas - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

# Relatório da **Administração**

## CONQUISTAS

### Resultados de 2025

100% do **portfólio** conectado e em operação.

Operação em **3 estados**



R\$ **73.321** milhões

ATIVO IMOBILIZADO

R\$ **3.506** milhões

RECEITA OPERACIONAL



## **Prezados Acionistas e Demais Interessados,**

Apresentamos o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Companhia, que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Resultado Abrangente. Todas as informações financeiras apresentadas neste relatório estão expressas em milhares de reais.

Este documento reflete os principais acontecimentos e resultados alcançados ao longo do exercício de 2025, período em que a Companhia manteve seu compromisso com a excelência na geração de energia limpa, contribuindo para o desenvolvimento de soluções energéticas sustentáveis e para a transição energética em escala global.

Os resultados apresentados são fruto do esforço contínuo de nossas equipes e refletem o propósito da Companhia de gerar valor para acionistas, clientes e sociedade, sempre alinhado aos princípios de responsabilidade ambiental e sustentabilidade.

No exercício de 2024, a Companhia alcançou marcos relevantes, com o início das operações de 3 usinas localizadas nos estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em 2025, houve a conclusão das obras e início das operações de 2 usinas localizadas nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Neste período, os esforços estiveram concentrados na consolidação das operações, com foco na alavancagem da receita operacional e na otimização da estrutura de custos.

Os resultados obtidos ao longo de 2025 foram viabilizados pelo apoio e confiança de nossos acionistas, conselheiros e diretores, que contribuíram de forma decisiva para o fortalecimento e a expansão do portfólio de ativos da Companhia.

Durante o período, a Administração priorizou o fortalecimento das operações e a otimização dos processos internos, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e aprimorar os mecanismos de tomada de decisão. Para o próximo ciclo, a Companhia seguirá focada em uma gestão eficiente de seus ativos operacionais, buscando gerar margens compatíveis com o orçamento anual, ao mesmo tempo em que reforça seu compromisso com práticas sustentáveis e responsabilidade socioambiental.



Esse posicionamento fortalece a resiliência do negócio e contribui para a atração de investimentos alinhados ao conceito de capital verde, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, em especial o Objetivo 7 – Energia Acessível e Limpa – e o Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.



A Administração agradece o apoio e a confiança de seus acionistas, clientes e parceiros, reiterando sua convicção de que a Companhia está preparada para se consolidar como uma plataforma de investimentos dedicada à transformação sustentável do setor de geração e consumo de energia elétrica limpa.



# SPRS Platão Capital II

## LINHA DO TEMPO

- **Mar / 2023**  
Constituição da SPRS Platão Capital II S.A.;
- **Mar / 2023**  
Captação de recursos através da emissão de debentures públicas para a construção de usinas solares;
- **Jan / 2024**  
Conexão da usina localizada em Maristela - PR;
- **Ago / 2024**  
Conexão da usina localizada em Diamantino - MT;
- **Dez / 2024**  
Conexão da usina localizada em Miranda II - MS;
- **Jan/ 2025**  
Conexão da usina localizada em Miranda I - MS;
- **Abr/ 2025**  
Conexão da usina localizada em Cassilândia - MS;  
  
Aumento de capital social através de integralização de AFAC.



## Informações operacionais

A Platão Capital II S.A. foi criada em março de 2023 com o objetivo de desenvolver usinas e captar recursos para a construção de usinas fotovoltaicas na geração distribuída (GD).

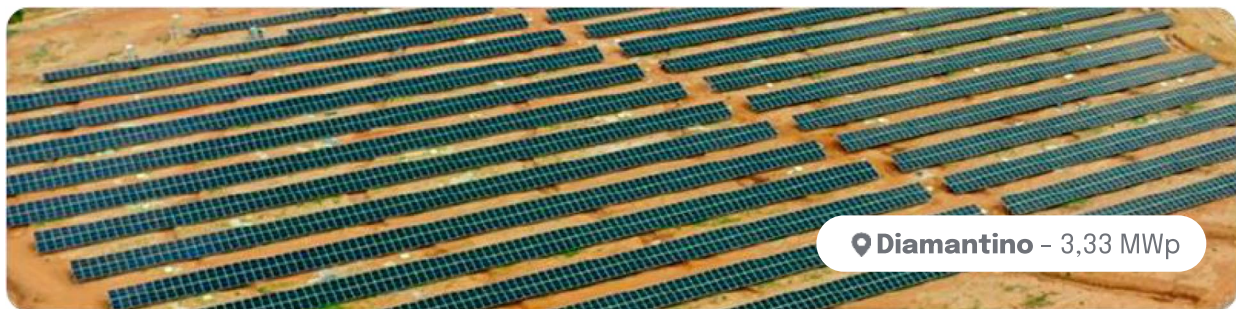
Atualmente, a Companhia possui em seu grupo um portfólio de 12 MW de capacidade instalada e 15,84 MWp de potência pico distribuídos em 5 usinas.

Usina Fotovoltaica	UF	Potência
UFV Cassilândia	MS	2,5 MW
UFV Miranda I	MS	2,5 MW
UFV Maristela	PR	2 MW
UFV Diamantino	MT	2,5 MW
UFV Miranda II	MS	2,5 MW



# Usinas do Grupo

## PORTFÓLIO



## Perfil

Sediada em São Paulo/SP, desde 2023, a SPRS Platão Capital II S.A. vem realizando esforços para se consolidar no mercado como uma plataforma de investimento em energia limpa. Em 2025, a Companhia foi detentora de participação relevante, direta em 3 empresas, contribuindo para o desenvolvimento do país em um segmento essencial.

A geração de energia solar está localizada em **3 estados brasileiros**: Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

## Gestão e Investimentos

# PLATÃO CAPITAL II



Maristela  
Diamantino  
Cassilândia  
Miranda I  
Miranda II



## Governança Corporativa

Nossa gestão segue as diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), aderindo integralmente aos seus quatro princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas (accountability) e responsabilidade corporativa. Dessa forma, a Companhia reafirma seu compromisso com as melhores práticas de governança do mercado.

### Composição da diretoria

**Emerson Seiti Kanawa - Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor de relacionamento com Investidor:** engenheiro químico formado pela UEM, com intercâmbio na University of Nevada (UNR) e University of Tennessee (UTK). Há 7 anos no mercado de energia solar, atua na área de project finance de usinas fotovoltaicas, na estruturação de novos negócios e gestão do grupo Platão. Co-fundador da PLIN Energia.

**Diogo Martins Rosa - Diretor de Operações e Diretor Comercial:** engenheiro eletricista formado pela UTFPR, com conhecimento técnico e experiência de 10 anos em grandes obras (internacionais e nacionais) realizadas no ramo de energia solar, eólico e construção naval.



## **Aspectos Societários**

### **Aprovação das Demonstrações Financeiras e Eleição da Diretoria**

Em abril de 2025, a Companhia aprovou, em assembleia geral extraordinária, a eleição da diretoria, nomeando para o cargo de Diretor Presidente e Diretor Financeiro, cumulativamente, o Sr. Emerson Seiti Kanawa, e para o cargo de Diretor Operacional e Diretor Comercial, cumulativamente, o Sr. Diogo Martins Rosa, pelo prazo de 02 (dois) anos.

### **Aumento de capital social**

Em abril de 2025, a Companhia aprovou, em sede de assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social para R\$ 20.051.000,00 (vinte milhões e cinquenta e um mil reais) com um aumento efetivo, à época, de R\$ 20.046.000,00 (vinte milhões e quarenta e seis mil reais), mediante conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

### **Abertura de filiais**

Em agosto de 2025, a Companhia aprovou, em sede de assembleia geral extraordinária, a abertura de 04 (quatro) filiais nas seguintes localidades: (a) Estrada Santa Maria, KM 01, S/N, Chácara Santa Helena, Lotes A e B, Zona Rural, Distrito de Maristela, município de Alto Paraná, estado do Paraná, CEP 87753-000; (b) Estrada Diamantino Marzagão, KM 02, S/N, Sítio Santa Tereza, Zona Rural, município de Diamantino, estado do Mato Grosso, CEP 78400-000; (c) Estância São José Marginal, BR 158, KM 04, Zona Rural, município de Cassilândia, estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79543-899; e (d) Rodovia BR 262, Chácara Vista Alegre, Zona Rural, município de Miranda, Estado do Mato Grosso do Sul, CEP 79380-000. Em abril de 2025, a Companhia aprovou, em sede de assembleia geral extraordinária, o aumento do capital social para R\$ 20.051.000,00 (vinte milhões e cinquenta e um mil reais) com um aumento efetivo, à época, de R\$ 20.046.000,00 (vinte milhões e quarenta e seis mil reais), mediante conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).



## **Aspectos Societários**

### **Protocolo e Justificação de Incorporação**

Por fim, em novembro de 2025, foi aprovada pela Companhia, em sede de assembleia geral extraordinária, o Protocolo e Justificação de Incorporação das seguintes sociedades: (a) USINA SOLAR PLATÃO INVESTIMENTOS SPE 5 S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Carneiro Leão, n° 825, Zona Armazém, Cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP 87.014-010, inscrita no CNPJ sob o n° 45.997.851/0001-99; (b) USINA SOLAR PLATÃO INVESTIMENTOS SPE 6 S.A., sociedade por ações, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, n° 917, Andar 4, Sala 403, CEP 78.008-000, Bairro Bau, Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o n° 50.118.808/0001-46; e (c) SOLAR PLATÃO 7 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A., sociedade por ações, com sede na Av. Afonso Pena, n° 4785, Edifício The Place Corporate, Sala 701, CEP 79.031-010, Bairro Santa Fé, Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, inscrita no CNPJ sob o n° 50.165.881/0001-79, assim como a ratificação da nomeação dos seguintes peritos: Sra. Natalia Gonçalves Vieira, Sra. Silvana Casarini dos Santos e Sr. Sidney Ferro Barros, e a aprovação dos Laudos de Avaliação, elaborados pelos referidos peritos, que passaram a fazer parte integrante da ata de Protocolo de Incorporação.





## Desempenho financeiro

### Despesas gerais e administrativas

As principais despesas administrativas incorridas no exercício de 2025 referem-se a despesas de manutenção e operação (O&M) das usinas, despesas do centro de serviços compartilhados, e depreciação incidente sobre as usinas em operação.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 28/02/2025
Serviços administrativos	(983)	(258)
Depreciação e amortização	(2.169)	(395)
Despesas com operação e manutenção	(1.005)	(288)
Outras despesas	(491)	(65)
<b>Total</b>	<b>(4.647)</b>	<b>(1.006)</b>

### Resultado financeiro

As principais despesas financeiras estão atreladas aos custos de transação e encargos incidentes sobre as debêntures públicas e aos juros incidentes sobre os contratos de arrendamento.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 28/02/2025
Encargos financeiros sobre endividamento	(11.532)	(1.650)
Ajuste a valor presente - mútuos	(315)	(199)
Juros sobre arrendamentos	(404)	(79)
Outras despesas financeiras	(47)	(2)
<b>Total</b>	<b>(12.298)</b>	<b>(1.929)</b>



## Desempenho financeiro

### Ativos

Em relação aos ativos relevantes da Companhia, os mesmos estão concentrados nas participações societárias de outras empresas, e no ativo imobilizado que se referem ao custo de construção das usinas fotovoltaicas. A seguir demonstramos o quadro com a composição dos ativos expressivos.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 28/02/2025
Imobilizado	73.321	79.113
<b>Total</b>	<b>73.321</b>	<b>79.113</b>

### Passivos

Os principais passivos da Companhia estão relacionados às captações destinadas à construção de usinas fotovoltaicas e aos valores correspondentes ao direito de uso dos terrenos onde essas usinas foram implantadas. A seguir, apresentamos um quadro com a composição dos valores devidos, incluindo o passivo de arrendamento, empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas.

	Controladora 31/12/2025	Consolidada 28/02/2025
Debêntures	73.934	64.064
Empréstimos e financiamentos	20	-
Passivo de arrendamento	6.315	6.075
<b>Total</b>	<b>80.269</b>	<b>70.139</b>

### Auditoria Independente

Frisamos que as demonstrações contábeis da Companhia passaram por processo de auditoria independente realizada pela BDO RCS Auditores Independentes.

São Paulo, SP, em 18 de maio de 2026.

Assinado por:

Emerson Seiti Kanawa

548765238038437...

**EMERSON SEITI KANAWA**

Diretor Presidente, Financeiro e relação  
com os investidores

DocuSigned by:

Diogo Martins Rosa

A3267CC4264A497...

**DIOGO MARTINS ROSA**

Diretor Operacional e Comercial

## Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: E74E34E7-7345-8B8E-82BC-8D6F270F4E86

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Relatório da Administração - Capital II - 31.12.25 - vf.pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 13

Assinaturas: 2

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Remetente do envelope:

Bruna Fagundes de Paula Gozer

AV HUMAITA, 541, SALA 05, ZONA 04  
MARINGA, PR 87.014-200

bruna.fagundes@plataoenergia.com.br

Endereço IP: 189.115.51.162

## Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Bruna Fagundes de Paula Gozer

Local: DocuSign

18/05/2026 06:29:48

bruna.fagundes@plataoenergia.com.br

## Eventos do signatário

Diogo Martins Rosa

diogo@plataoenergia.com.br

Diretor

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

## Assinatura

DocuSigned by:  
*Diogo Martins Rosa*  
A3267CC4264A497...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP:

2804:14d:1a86:cc57:9086:9df6:dad9:21a8

## Registro de hora e data

Enviado: 18/05/2026 06:30:23

Visualizado: 18/05/2026 06:51:46

Assinado: 18/05/2026 06:52:49

## Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Emerson Seiti Kanawa

emerson.seiti@plataoenergia.com.br

Platão Energia

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta  
(Nenhuma)

Assinado por:  
*Emerson Seiti Kanawa*  
548765238038437...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP:

2804:14d:1a80:c9c6:d3dc:6291:a584:b692

Assinado com o uso do celular

Enviado: 18/05/2026 06:30:23

Reenviado: 18/05/2026 07:39:00

Visualizado: 18/05/2026 07:58:09

Assinado: 18/05/2026 07:58:26

## Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	18/05/2026 06:30:23

<b>Eventos de resumo do envelope</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
Entrega certificada	Segurança verificada	18/05/2026 07:58:09
Assinatura concluída	Segurança verificada	18/05/2026 07:58:26
Concluído	Segurança verificada	18/05/2026 07:58:26

<b>Eventos de pagamento</b>	<b>Status</b>	<b>Carimbo de data/hora</b>
-----------------------------	---------------	-----------------------------

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos  
Administradores e Acionistas da  
SPRS Platão Capital II S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SPRS Platão Capital II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da SPRS Platão Capital II S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, que indica que a Companhia e suas controladas Incorreram prejuízos acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 19.392 mil (R\$ 7.997 mil em 31 de dezembro de 2024), apresentou em 31 de dezembro de 2025, patrimônio líquido a descoberto no montante de R\$ 8.431 mil (R\$ 9.085 mil em 31 de dezembro de 2024) e capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 71.720 mil (R\$ 63.787 mil em 31 de dezembro de 2024). Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1.3, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Considerando a atividade de holding desempenhada pela Companhia, os principais assuntos de auditoria são temas advindos dos investimentos em controladas, portanto, não existem principais assuntos de auditoria para as demonstrações contábeis individuais. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### Avaliação de redução ao valor recuperável - ativo imobilizado (Notas Explicativas nº 8)

O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos requer que a Companhia avalie, ao final de cada exercício social, se existem indícios de desvalorização de seus ativos não financeiros e, quando tais indícios são identificados, que seja estimado o respectivo valor recuperável.

Considerando que a Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes, identificamos a existência de indicativos de perda no valor recuperável de seu ativo imobilizado, substancialmente representado por usinas fotovoltaicas. Nesse contexto, a Administração contratou especialistas independentes para a elaboração de estudo técnico com o objetivo de avaliar a necessidade de ajuste ao valor contábil desses ativos, os quais representam a unidade geradora de caixa da Companhia. Diante da relevância desses ativos e do grau de julgamento envolvido na mensuração do valor recuperável, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria

### Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos a aderência da metodologia empregada pela Administração da Companhia para o cálculo do valor recuperável com relação aos requerimentos do CPC 01 (R1);
- Realizamos reuniões com o especialista terceirizado contratado pela Administração para compreender a metodologia aplicada no teste de redução ao valor recuperável dos ativos, bem como as principais premissas e julgamentos adotados, além de avaliar a razoabilidade e a fundamentação dos dados utilizados pela Companhia, incluindo receitas, custos e despesas, na determinação do valor recuperável em uso;
- Envolvemos nossos especialistas de Finanças para realizar o recálculo independente da taxa de desconto (WACC), incluindo a sensibilização das principais premissas, bem como a avaliação de sua razoabilidade e consistência com dados de mercado para fins de desconto dos fluxos de caixa projetados; e
- Revisamos as notas explicativas, bem como, as políticas contábeis estabelecidas pela Administração da Companhia e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas adotados pela Administração para determinar o reconhecimento de redução do valor recuperável do ativo imobilizado, assim como a respectiva divulgação na Nota Explicativa nº 8, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa nº 11)

A Companhia apresentou, em suas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, passivo circulante de R\$ 74.905 mil, dos quais R\$ 73.954 mil referem-se a debêntures conforme Nota Explicativa nº 11. A totalidade da dívida foi classificada no passivo circulante em razão do descumprimento de covenants contratuais.

Em função de sua relevância e materialidade no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria.

#### Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtivemos entendimento sobre o gerenciamento da dívida pela Companhia e avaliamos o processo de comunicação com os emissores, incluindo a obtenção de explicações da Administração acerca do não cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (covenants);
- Revisamos à aritmética dos cálculos do principal da dívida e dos juros incorridos no exercício, se tais valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram conciliados com os saldos apresentados no balanço patrimonial e e resultado;
- Efetuamos confirmações externas junto aos emissores das dívidas, com o objetivo de verificar se os montantes apresentados correspondem aos saldos devidos na data-base do exercício; e
- Avaliamos a adequação e a suficiência das divulgações relacionadas a esse tema nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos razoáveis os critérios e políticas adotados pela Administração sobre as dívidas e suas respectivas cláusulas contratuais restritivas, assim como a respectiva divulgação na Nota Explicativa nº 11, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico - CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em nossas opiniões, essas Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, as quais emitirão opinião sem modificação na data de 31 de março de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

William Morton Ricardo  
Contador CRC 1 SP 239058/O

# SPRS Platão Capital II S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em R\$ mil)

## Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	1	1	16
Contas a receber de clientes	6	1.839	-	354	22
Impostos a recuperar	-	151	135	151	151
Créditos com partes relacionadas	10	1.118	-	1.393	-
Outros créditos	-	76	-	3.333	507
<b>Total ativo circulante</b>		<b>3.184</b>	<b>136</b>	<b>5.231</b>	<b>696</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Créditos com partes relacionadas	10	4.323	16.570	1.494	1.662
Impostos diferidos	-	-	-	442	442
Investimentos	7	-	63.896	-	-
Imobilizado	8	73.321	-	79.113	83.760
Ativo de direito de uso	9	5.767	-	5.733	5.772
Intangível	-	16	-	19	-
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>83.427</b>	<b>80.466</b>	<b>86.801</b>	<b>91.636</b>
<b>Total ativo</b>		<b>86.611</b>	<b>80.602</b>	<b>92.032</b>	<b>92.332</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPRS Platão Capital II S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em R\$ mil)

## Passivo

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	73.954	62.418	64.064	62.418
Fornecedores	12	111	3	59	11
Passivo de arrendamento	13	634	-	606	605
Encargos tributários	14	71	-	380	434
Parcelamentos tributários	14	10	-	55	-
Débitos com partes relacionadas	10	59	-	101	44
Outras obrigações	-	66	-	14	6
<b>Total passivo circulante</b>		<b>74.905</b>	<b>62.421</b>	<b>65.279</b>	<b>64.483</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Passivo de arrendamento	13	5.681	-	5.469	5.479
Débitos com partes relacionadas	10	11.291	7.220	12.119	12.181
Parcelamentos tributários	14	500	-	194	194
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	2.665	20.046	20.792	20.045
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>20.137</b>	<b>27.266</b>	<b>38.575</b>	<b>37.899</b>
<b>Passivo a descoberto</b>					
Capital social	16	20.051	5	5	5
Prejuízos acumulados	16	(28.482)	(9.090)	(11.827)	(9.090)
<b>Total passivo a descoberto</b>		<b>(8.431)</b>	<b>(9.085)</b>	<b>(11.822)</b>	<b>(9.085)</b>
<b>Total do passivo e do passivo a descoberto</b>		<b>86.611</b>	<b>80.602</b>	<b>(92.032)</b>	<b>92.332</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPRS Platão Capital II S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024	De 01/01/2025 a 28/02/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
Receita operacional líquida	18	3.181	-	320	1.153
Custo dos serviços prestados	19	(2.169)	-	(395)	(952)
Lucro bruto		1.012	-	(75)	201
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(2.479)	(996)	(611)	(1.478)
Outras receitas e despesas	20	(4.807)	-	(94)	56
Resultado de equivalência patrimonial	7	(820)	(1.910)	-	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(7.094)	(2.906)	(780)	(1.221)
Receitas financeiras	21	-	77	-	79
Despesas financeiras	21	(12.298)	(5.168)	(1.929)	(7.155)
Resultado financeiro líquido		(12.298)	(5.091)	(1.929)	(7.076)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(19.392)	(7.997)	(2.709)	(8.297)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(27)	(142)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	442
Prejuízo do período		(19.392)	(7.997)	(2.736)	(7.997)
Prejuízo por ação no período (Em R\$)	17	(0,0010)	(1,5994)	(0,5472)	(1,5994)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPRS Platão Capital II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em R\$ mil)

	De 01/01/2025 a 31/12/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024	De 01/01/2025 a 28/02/2025	De 01/01/2024 a 31/12/2024
Prejuízo do período	(19.392)	(7.997)	(2.736)	(7.997)
Resultado abrangente do período	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(19.392)	(7.997)	(2.736)	(7.997)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPRS Platão Capital II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em R\$ mil)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		5	(1.093)	(1.088)	-	(1.088)
Prejuízo do período		-	(7.997)	(7.997)	-	(7.997)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		5	(9.090)	(9.085)	-	(9.085)
Prejuízo do período		-	(2.736)	(2.736)	-	(2.736)
Saldo em 28 de fevereiro de 2025		5	(11.827)	(11.822)	-	(11.822)
Integralização de capital social	16	20.046	-	20.046	-	20.046
Prejuízo do período	16	-	(19.392)	(19.392)	-	(19.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		20.051	(28.482)	(8.431)	-	(8.431)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPRS Platão Capital II S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Prejuízo do período	(19.392)	(7.997)	(2.736)	(7.997)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	820	1.910	-	-
Provisão de encargos sobre endividamento	11.276	5.127	1.607	5.127
Provisão de encargos sobre arrendamentos	404	-	79	469
Depreciação e amortização	2.169	-	395	949
Baixa de ativo	-	-	94	-
Impostos diferidos	442	-	-	(442)
Impairment de ativos	3.669	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(612)</b>	<b>(960)</b>	<b>(560)</b>	<b>(1.894)</b>
(Aumento) redução nos ativos				
Títulos, valores mobiliários e depósitos vinculados	-	17.488	-	17.488
Clientes a receber	(1.485)	-	(332)	(22)
Impostos a recuperar	151	(132)	-	(134)
Créditos com Partes relacionadas	13.992	(5.974)	(1.225)	1.934
Outros créditos	3.244	-	1.344	1.396
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	80	(64)	48	(273)
Obrigações fiscais	(46)	(44)	1	433
Débitos com Partes relacionadas	(17.509)	8.717	(5)	7.205
Outras obrigações	63	-	93	6
<b>Subtotal</b>	<b>(1.510)</b>	<b>19.991</b>	<b>(75)</b>	<b>28.033</b>
<b>Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais</b>	<b>(2.122)</b>	<b>19.031</b>	<b>(635)</b>	<b>26.169</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de bens do imobilizado	-	-	(58)	(19.269)
Aquisições de ativos intangíveis	-	-	(20)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(78)</b>	<b>(19.269)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamentos para futuro aumento de capital nas investidas	(410)	(12.453)	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	2.665	2.105	747	2.105
Custo de transação de debêntures apropriados	240	-	39	-
Captações	20	-	-	-
Pagamentos de passivo de arrendamento	(394)	-	(88)	(639)
Amortizações de empréstimos e debêntures	-	(8.843)	-	(8.843)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>2.121</b>	<b>(19.191)</b>	<b>698</b>	<b>(7.337)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1)</b>	<b>(160)</b>	<b>(15)</b>	<b>(507)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1	161	16	523
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	1	1	16
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1)</b>	<b>(160)</b>	<b>(15)</b>	<b>(507)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SPRS Platão Capital II S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	
Receitas	3.506	-	332	1.198
Receitas com serviços	3.506	-	332	1.198
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros e outros	(2.477)	(996)	(610)	(1.479)
Valor adicionado bruto	1.029	(996)	(278)	(281)
Depreciação, amortização e AVP	(6.153)	-	(594)	(952)
Valor adicionado líquido	(5.124)	(996)	(872)	(1.233)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(820)	(1.910)	-	-
Outras receitas e despesas	-	-	-	(1.243)
Receitas financeiras	-	77	-	79
Total	(820)	(1.833)	-	(1.164)
Valor adicionado total a distribuir	(5.944)	(2.829)	(872)	(2.397)
Distribuição do valor adicionado	(5.944)	(2.829)	(872)	(2.397)
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos federais	325	18	39	(238)
Taxas diversas	1	-	1	-
Total	326	18	40	(238)
Remuneração do capital de terceiros				
Encargos financeiros sobre dívidas	11.935	5.127	1.729	5.596
Outras despesas	1.187	23	95	242
Total	13.122	5.150	1.824	5.838
Remuneração do capital próprio				
Prejuízo do período	(15.723)	(7.997)	(2.736)	(7.997)
Total	(19.392)	(7.997)	(2.736)	(7.997)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A SPRS Platão Capital II S.A. (“Sociedade”), com sede na Av. Paulista, 1.636, bairro Bela Vista, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 01 de março de 2023.

A SPRS Platão Capital II S.A. tem como objetivo principal a participação no capital social de outras sociedades, sejam elas empresárias ou não, ou em fundos de investimento, atuando como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou no exterior, com foco especial no setor de energia fotovoltaica. A companhia também se dedica à realização de investimentos em geração de energia elétrica de matriz solar fotovoltaica, em suas diversas modalidades, além de atuar na administração de seus próprios bens.

Os investimentos realizados pela Companhia, apresentam as seguintes informações em 31 de dezembro de 2025:

UFV	UF	Potência (MW)	Conexão	Status em 31/12/2025
Maristela	PR	2	16/01/2024	Conectada
Miranda I	MS	2,5	10/01/2025	Conectada
Miranda II	MS	2,5	30/12/2024	Conectada
Cassilândia	MS	2,5	11/04/2025	Conectada
Diamantino	MT	2,5	30/08/2024	Conectada

### 1.1. Participações societárias

#### 1.1.2. Filiais – SPRS Platão Capital II S.A.

Unidade	UFV	UF	Potência (MW)
Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A.	Maristela	PR	2
Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A.	Miranda I e II	MS	5
Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A.	Diamantino e Cassilândia	MT e MS	5

A SPRS Platão Capital II S.A. realizou em 28 de fevereiro de 2025 a incorporação contábil das empresas Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., desse modo, na mesma data as usinas tornaram-se filiais da Companhia. A deliberação e aprovação das incorporações ocorreram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de novembro de 2025. O respectivo protocolo foi submetido à Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 12 de janeiro de 2026, tendo sido posteriormente retificado em 04 de fevereiro de 2026 para atendimento de exigências da referida Junta, com o deferimento do registro em 20 de fevereiro de 2026.

Em relação as baixas e regularizações cadastrais dos CNPJs das sociedades incorporadas perante os órgãos competentes, o processo encontra-se em fase de conclusão.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo do patrimônio líquido contábil das empresas incorporadas. Conforme definido no protocolo da incorporação, as variações patrimoniais das incorporadas ocorridas entre a data de elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido e a data efetiva da incorporação foram integralmente absorvidas pela SPRS Platão Capital II S.A. e registradas diretamente em suas demonstrações financeiras.

Balanco patrimonial (em R\$ mil)	USP 5	USP 6	SP 7	Total
Contas a receber de clientes	257	42	54	354
Transações entre partes relacionadas	67	1.561	1.235	2.863
Ativo de direito de uso	395	1.917	3.422	5.734
Imobilizado	13.569	34.301	34.020	81.890
Outros ativos	99	223	766	1.088
<b>Total dos ativos</b>	<b>14.387</b>	<b>38.044</b>	<b>39.497</b>	<b>91.929</b>
Passivo de arrendamento	(427)	(2.011)	(3.637)	(6.075)
Transações entre partes relacionadas	(2.759)	(9.577)	(9.303)	(21.639)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(8.050)	(19.524)	(20.535)	(48.109)
Outros passivos	(203)	(334)	(125)	(662)
<b>Total dos passivos</b>	<b>(11.439)</b>	<b>(31.446)</b>	<b>(33.599)</b>	<b>(76.485)</b>
Capital social	(3.085)	(7.709)	(7.709)	(18.503)
Prejuízos acumulados	137	1.111	1.811	3.059
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(2.948)</b>	<b>(6.598)</b>	<b>(5.898)</b>	<b>(15.444)</b>
<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>	<b>(14.388)</b>	<b>(38.044)</b>	<b>(39.497)</b>	<b>(91.929)</b>

### 1.3. Continuidade Operacional

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 19.392 (R\$ 7.997 em 31 de dezembro de 2024) e um patrimônio líquido a descoberto de R\$ 8.431 (R\$9.085 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido foi negativo, totalizando R\$ 71.720 (R\$ 63.787 mil em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, principalmente em função da reclassificação para o curto prazo do saldo em aberto da debênture PLII 11, classificada no curto prazo em razão do não atingimento do índice de cobertura de capital.

Com o objetivo de recompor o fluxo de caixa operacional a Administração está negociando com os credores um novo cronograma de pagamento das dívidas, e avalia alternativas estratégicas, incluindo potenciais processos de fusão ou incorporação com outras empresas, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro.

Apesar dessas ações, o baixo nível de faturamento registrado no período, somado ao intervalo necessário para que as usinas fotovoltaicas recentemente concluídas iniciem a geração de retorno financeiro estimado em cerca de três meses após a conclusão das obras, ocorrida majoritariamente no segundo semestre de 2024, mantém um cenário de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Durante o exercício social de 2025, a Administração promoveu a reestruturação da área comercial, com a descontinuação do modelo baseado em representantes comerciais e a internalização das atividades por meio da constituição de equipe própria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a equipe comercial interna registrou volume de conversão de vendas equivalente a 2.539 MWh. As vendas realizadas ao longo do exercício contribuíram para a geração de caixa da Companhia, reforçando sua capacidade de cumprimento das obrigações financeiras e de sustentação das atividades operacionais.

## 2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis individual e consolidadas

### 2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

No caso das demonstrações financeiras individuais e consolidadas diferem somente no que se refere à capitalização na controladora de juros incorridos por entidade distinta daquelas em que estão os ativos qualificáveis.

Por não existir diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido da controladora e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia optou por apresentar essas informações em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tais como capacidade produtiva esperada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram revisados pelo auditor independente.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de maio de 2026.

### 2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, que foram reconhecidas pelo seu valor justo conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

### 2.4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

A composição societária de representatividade de cada companhia que compõem o consolidado estão expressos na nota 1.1 acima, onde apresenta a representatividade da companhia em suas controladas.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial;
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas (operações entre partes relacionadas), e,
- As despesas financeiras da controladora são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidas, quando qualificáveis, aos itens do ativo imobilizado no processo de consolidação para adequação à prática contábil especificada no CPC 20R1 – Custo de empréstimos. Não existem diferenças entre o patrimônio líquido e resultado da controladora e consolidado.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas companhias coincide com o da controladora.

## 3. Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações financeiras estão definidas a seguir.

### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários a vista e outros Investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido(s) de saldo de contas garantidas.

### 3.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a CPC 48 - Instrumentos financeiros. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

#### Custo amortizado

Quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

#### Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia e suas controladas gerenciam e tomam as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo VJR. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

#### Instrumentos financeiros derivativos

##### a) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia e suas controladas desconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

##### i) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração

#### Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

#### Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demandem um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

## ii) Passivos financeiros não derivativos – Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

### b) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

#### i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

#### ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

## 3.3 Reconhecimento de Receita

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com clientes, reconhecendo a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos são celebrados com clientes para a disponibilização dos sistemas de geração de energia fotovoltaica (“SGE”), sendo a obrigação de desempenho a manutenção da disponibilidade do SGE, permitindo ao cliente a compensação dos créditos de energia gerados. O preço da transação é variável e corresponde ao valor contratual definido com base nos créditos efetivamente compensados e nas tarifas vigentes da distribuidora, sendo integralmente alocado a essa obrigação única. A receita é reconhecida ao longo do tempo, mensalmente, à medida que os créditos de energia são gerados e compensados.

## 3.4. Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos para a aplicação em ativos qualificáveis. A Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo. A Companhia e suas controladas reconhecem os outros custos de empréstimos como despesa no período em que são incorridos.

A Administração da Companhia e suas controladas realizam a capitalização dos juros e custos dos empréstimos quando as seguintes condições são atendidas:

- (i) Incorre em gastos com o ativo;
- (ii) Incorre em custos de empréstimos;
- (iii) Inicia as atividades que são necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda.

### 3.5. Custos de transação

A Administração registra o montante inicial dos recursos captados de terceiros, classificáveis no passivo circulante e não circulante, ao seu valor justo líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido, para evidenciação do valor líquido recebido.

### 3.6. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das informações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia e suas controladas não possuem premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras. As principais estimativas estão contempladas a seguir:

- a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6)
- b) Provisões para contingências (nota explicativa nº 22)
- c) *Impairment* de ativos não financeiros (nota explicativa nº 8)

### 3.7. Investimentos em controladas

A participação societária em controladas está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas informações financeiras individuais, conforme nota explicativa nº 7. Nas informações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora.

Controlada é toda a entidade na qual a Companhia e suas controladas detêm o controle. Uma controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia e suas controladas deixam de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo passivos contingentes) assumidos para a aquisição de uma controlada em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

### 3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas alugam imóveis não residenciais e em áreas rurais. Em geral os contratos são realizados por períodos fixos de vinte e cinco a trinta anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais a Companhia ou uma de suas investidas é o arrendatário, opta-se por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Administração:

- Sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- Usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia e suas controladas, sem financiamento recente com terceiros; e
- Faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, país, moeda e garantia, por exemplo.

A Companhia e suas controladas estão expostas a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais; e
- Custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Administração estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de mantidos pela Companhia e por suas controladas. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia ou por suas controladas, e não pelo respectivo arrendador.

### 3.9. Imobilizado

Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia e suas controladas possuem ativos depreciáveis, compostos por edificações, painéis solares, máquinas e outros equipamentos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamentos de informática	5
Móveis e utensílios	10
Edificações	40
Instalações – Postes	40
Instalações – Diversas	10
Máquinas e equipamentos – Diversos	10
Máquinas e equipamentos – Elétricos I	25
Máquinas e equipamentos – Elétricos II	30
Painéis solares	25

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

### 3.10. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida

O ativo intangível compreende as licenças de uso das áreas utilizadas para exploração da atividade da companhia e suas controladas. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis atualmente definidas em 05 anos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 3.11. Despesas financeiras

As despesas financeiras abrangem os encargos financeiros incorridos na captação de recursos de terceiros, apropriados ao resultado em função da fluência do prazo.

### 3.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias brasileiras promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia e demais investidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### 3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

A Companhia e suas controladas são parte de processos judiciais e administrativos. Se necessário, provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.15. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas “IFRS”, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 3.16. Demonstração do Fluxo de Caixa (“DFC”)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

## 4. Normas e interpretações novas e revisadas

### 4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

<b>Novos pronunciamentos</b>	<b>Natureza da alteração</b>	<b>Período vigente</b>
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em maio de 2024 fornecem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados à governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características semelhantes, além de estabelecer diretrizes para a liquidação de passivos por meio de sistemas eletrônicos de pagamento.	1º de janeiro de 2026

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações IFRS 9 e IFRS 7/ CPC 48 e CPC 40 (R1)	As emendas publicadas em dezembro de 2024 têm o objetivo de aprimorar a transparência na comunicação dos impactos financeiros de contratos de eletricidade dependentes de fatores naturais, geralmente estruturados como Acordos de Compra de Energia (PPAs). As atualizações esclarecem a aplicação dos critérios de "uso próprio", viabilizando a contabilidade de hedge quando esses contratos forem utilizados como instrumentos de proteção, além de introduzir novos requisitos de divulgação para facilitar a compreensão dos investidores.	1º de janeiro de 2026
Alteração IFRS 18/ CPC 26	A norma IFRS 18, publicada em abril de 2024, substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e estabelece novos requisitos para aprimorar a transparência na divulgação do desempenho financeiro das companhias. Entre as principais mudanças, estão: a introdução de três categorias para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos –, além de novos subtotais, incluindo o lucro operacional; maior detalhamento sobre indicadores internos de desempenho, definidos pela administração; diretrizes mais claras sobre a organização das informações, especificando se devem constar nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas; mais transparência na apresentação das despesas operacionais; e regras específicas sobre a classificação de receitas e despesas operacionais.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Melhorias no IFRS: Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes	Efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	-	-
Total Caixa	-	-	-	-
Bancos				
Banco do Brasil	-	1	1	1
Banco Itaú	-	-	-	15
Total Bancos	-	1	1	16
Total de caixa e equivalentes de caixa	-	1	1	16

## 6. Contas a receber de clientes

### 6.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Aluguéis a receber (i)	1.839	-	354	22
Total	1.839	-	354	22

(i) Valores a receber decorrentes de locação do sistema de geração de energia ("SGE") das usinas em operação do Grupo. Tais recebíveis são devidos pela empresa Associação de Geração Distribuída PLIN, parte relacionada da Companhia.

### 6.2. Aging list

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
A vencer	741	-	354	22
Vencidos				
De 01 a 30 dias	-	-	-	-
De 31 a 60 dias	251	-	-	-
De 61 a 90 dias	827	-	-	-
De 91 a 120 dias	20	-	-	-
De 121 a 180 dias	-	-	-	-
Total	1.839	-	354	22

A companhia e suas investidas não realizam AVP em contas a receber de clientes em virtude do curto período de realização de seus saldos.

## 7. Investimentos

### 7.1. Investimentos diretos

Investimentos	Saldo em	AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Baixa de investimento por incorporação	31/12/2025
	31/12/2024				Saldos em investimentos
USP 5 (i)	10.859	109	30	(10.998)	-
USP 6 (ii)	26.341	129	(348)	(26.122)	-
SP 7 (iii)	26.696	172	(435)	(26.433)	-
Total	63.896	410	(753)	(63.553)	-

Investimentos	Saldo em 31/12/2023	AFAC	Integralização de capital social	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2024
					Saldos em investimentos
USP 5 (i)	11.210	(327)	-	(24)	10.859
USP 6 (ii)	22.395	4.602	-	(656)	26.341
SP 7 (iii)	19.748	8.178	-	(1.230)	26.696
Total	53.353	12.453	-	(1.910)	63.896

(i) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a companhia Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A., representado 3.085.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 3.085 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. A transação não constituiu combinação de negócios;

(ii) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a companhia Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A., representado 7.709.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 7.709 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. Em 31 de julho de 2023 foi autorizado o aumento do capital para R\$ 36.505 mil mediante a emissão de 36.500.000 novas ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pela Platão Capital S.A. A transação não constituiu combinação de negócios;

(iii) Em 02 de junho de 2023, foi constituída a companhia Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., representado 7.709.000 de ações ordinárias com preço total de R\$ 7.709 mil, sendo integralizadas na data de aquisição. A transação não constituiu combinação de negócios.

A SPRS Platão Capital II S.A. realizou em 28 de fevereiro de 2025 a incorporação contábil das companhias Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 S.A, Usina Solar Platão Investimentos SPE 6 S.A. e Solar Platão 7 Locação de Equipamentos S.A., desse modo, na mesma data as usinas tornaram-se filiais da Companhia. A incorporação societária ainda está em andamento.

## 8. Imobilizado

### 8.1. Composição

	Taxa média de depreciação anual	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Controladora		Líquido
			Depreciação	Líquido	
Equipamentos de informática	20%	3	(1)	3	-
Edificações	2,50%	37.246	(1.146)	36.100	-
Instalações – Postes	2,50%	2.048	(79)	1.968	-
Instalações – Diversas	10%	584	(83)	501	-
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	36	(7)	29	-
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	955	(76)	879	-
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	464	(31)	433	-
Painéis solares	4%	34.039	(1.579)	32.460	-
Parecer de acesso (i)	4%	4.810	(193)	4.617	-
Total	-	80.185	(3.195)	76.990	-

	Taxa média de depreciação anual	28/02/2025			31/12/2024
		Custo	Consolidado		Líquido
			Depreciação	Líquido	
Usinas em construção	-	15.441	-	15.441	36.868
Equipamentos de informática	20%	3	-	3	-
Edificações	2,50%	31.103	(395)	30.708	23.459
Instalações – Postes	2,50%	1.762	(38)	1.724	1.732
Instalações – Diversas	10%	556	(35)	522	344
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	36	(4)	32	33
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	955	(45)	910	917
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	464	(18)	446	449
Painéis solares	4%	26.398	(496)	25.903	17.813
Parecer de acesso (i)	4%	3.465	(42)	3.423	2.145
Total	-	80.185	(1.072)	79.113	83.760

	Taxa média de depreciação anual	31/12/2024			31/12/2023
		Consolidado		Líquido	Líquido
		Custo	Depreciação		
Usinas em construção	-	36.868	-	36.868	60.552
Edificações	2,50%	23.727	(268)	23.459	-
Instalações – Postes	2,50%	1.762	(30)	1.732	-
Instalações – Diversas	10%	369	(25)	344	-
Máquinas e equipamentos - Diversos	10%	36	(3)	33	-
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	4%	955	(38)	917	-
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	3,33%	464	(15)	449	-
Painéis solares	4%	18.133	(320)	17.813	-
Parecer de acesso (i)	4%	2.163	(18)	2.145	-
Total	-	84.477	(717)	83.760	60.552

(i) Direito de uso a conexão à rede de distribuição de energia elétrica. O ativo corresponde à usina de Diamantino. O projeto será amortizado conforme vida útil dos ativos associados na construção da usina.

O imobilizado é composto, majoritariamente, pelos equipamentos necessários para a operação de geração de energia solar. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas variáveis que possam gerar algum indicativo de perda ao valor recuperável desses ativos.

## 8.2. Movimentação

Descrição	31/12/2024	Controladora e consolidado				
		Incorporação	Transferências	Impairment	Depreciação	31/12/2025
Usinas em construção	-	15.442	(15.442)	-	-	-
Equipamentos de informática	-	3	-	-	(1)	3
Edificações	-	30.708	6.143	-	(750)	36.100
Instalações – Postes	-	1.724	285	-	(41)	1.968
Instalações – Diversas	-	522	28	(51)	(48)	450
Máquinas e equipamentos – Diversos	-	32	-	(4)	(3)	25
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	-	910	-	(84)	(32)	794
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	-	446	-	(40)	(13)	393
Painéis solares	-	25.903	7.641	(3.057)	(1.084)	29.403
Parecer de acesso	-	3.423	1.345	(433)	(151)	4.184
Total	-	79.113	-	(3.669)	(2.123)	(73.321)

Descrição	Consolidado					
	31/12/2024	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciação	28/02/2025
Usinas em construção	36.868	21	(17.278)	-	-	15.441
Equipamentos de informática	-	3	-	-	-	3
Edificações	23.459	-	7.557	(178)	(130)	30.708
Instalações – Postes	1.732	-	-	-	(8)	1.724
Instalações – Diversas	344	34	153	-	(9)	522
Máquinas e equipamentos – Diversos	33	-	-	-	(1)	32
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	917	-	-	-	(7)	910
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	449	-	-	-	(3)	446
Painéis solares	17.813	-	8.266	-	(176)	25.903
Parecer de acesso	2.145	-	1.302	-	(243)	3.423
Total	83.760	58	-	(178)	(358)	79.113

Descrição	Consolidado						31/12/2024
	31/12/2023	Aquisições	Reclassificações	Transferências	Juros capitalizados	Depreciação	
Usinas em construção	60.552	13.222	(2.163)	(42.923)	8.180	-	36.868
Edificações	-	2.516	-	21.211	-	(268)	23.459
Instalações - Postes	-	-	-	1.762	-	(30)	1.732
Instalações - Diversas	-	-	-	369	-	(25)	344
Máquinas e equipamentos - Diversos	-	7	-	29	-	(3)	33
Máquinas e equipamentos - Elétricos I	-	-	-	955	-	(38)	917
Máquinas e equipamentos - Elétricos II	-	-	-	464	-	(15)	449
Painéis solares	-	-	-	18.133	-	(320)	17.813
Parecer de acesso	-	-	2.163	-	-	(18)	2.145
<b>Total</b>	<b>60.552</b>	<b>15.745</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.180</b>	<b>(717)</b>	<b>83.760</b>

No exercício de 2025 foram capitalizados os juros e encargos financeiros sobre as dívidas relacionadas à construção das usinas Miranda I e Cassilândia, totalizando o montante de R\$ 15.441. A taxa média de capitalização dos juros foi de 16,21%.

#### Teste de Impairment

A Companhia realizou teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, por meio da avaliação do valor recuperável, tendo sido reconhecidas perdas por redução ao valor recuperável (impairment) no montante de R\$ 3.669 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referente às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da estrutura da SPRS Platão Capital II S.A., que compreendem 5 (cinco) usinas fotovoltaicas.

Para fins de determinação do valor recuperável, foi adotado o método do valor em uso, apurado com base no fluxo de caixa descontado. Para o cálculo, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período de projeção de fluxo de caixa de 5 anos;
- Taxa de crescimento anual composta de 5,8% a.a. durante o período explícito de projeção;
- Taxa de desconto de 16% a.a., considerando parâmetros de longo prazo, incluindo IPCA e taxa básica de juros;
- Taxa de crescimento na perpetuidade de 3,5% a.a., refletindo o IPCA de longo prazo.

#### Garantias (não auditado)

Parte dos ativos imobilizados estão vinculados às garantias físicas, mediante alienação fiduciária, das dívidas mencionadas na nota explicativa nº 11 – Empréstimos, financiamentos e debêntures.

Abaixo, apresentamos o quadro demonstrativo dos equipamentos mantidos como garantia física.

Equipamento	Fabricante	Modelo	Valor
Painéis fotovoltaicos	Risen	Bifacial – 665W	21.221
Inversores 125	Sungrow	SG125	
Inversores 250	Sungrow	SG250	2.996
Inversores 333	Sungrow	SG333	
Estrutura de fixação	SSM	Aço Galvanizado	
Estrutura de fixação	Dynamo	Aço Galvanizado	4.408
<b>Total</b>			<b>28.625</b>

## 9. Ativos de direito de uso

### 9.1. Composição

	Prazo de vigência dos contratos	Controladora	
		Custo 31/12/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	6.347	-
(-) Amortização acumulada	-	(580)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5.767</b>	<b>-</b>

	Prazo de vigência dos contratos	Consolidado	
		Custo 28/02/2025	Custo 31/12/2024
Direito de uso de imóveis rurais	25 anos	6.116	6.115
(-) Amortização acumulada	-	(382)	(343)
<b>Total</b>	-	<b>5.733</b>	<b>5.772</b>

Para que os contratos fossem reconhecidos conforme a segunda revisão do CPC 06 (R2) Arrendamentos, a Administração determinou que os contratos devem atender os seguintes critérios: (i) materialidade, sendo que os montantes devem possuir fluxo e pagamento com valores relevantes; e (ii) longo prazo, uma vez que os contratos devem ter prazos superior a 1 ano, após o encerramento das informações financeiras.

A Administração estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia e de suas investidas. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
25 anos	9,82%
30 anos	9,82%

## 9.2. Movimentação

Descrição	31/12/2024	Incorporação	Atualização	Amortização	Controladora
					31/12/2025
Direito de uso	-	5.733	231	(197)	5.767
<b>Total</b>	-	<b>5.733</b>	<b>231</b>	<b>(197)</b>	<b>5.767</b>

Descrição	31/12/2024	Novos contratos	Atualização	Amortização	Consolidado
					28/02/2025
Direito de uso	5.772	-	-	(39)	5.767
<b>Total</b>	<b>5.772</b>	-	-	<b>(39)</b>	<b>5.767</b>

Descrição	31/12/2023	Novos contratos	Atualização	Amortização	Consolidado
					31/12/2024
Direito de uso	4.289	2.383	(667)	(233)	5.772
<b>Total</b>	<b>4.289</b>	<b>2.383</b>	<b>(667)</b>	<b>(233)</b>	<b>5.772</b>

## 10. Transações entre partes relacionadas

Natureza da operação	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024	
<b>Ativo circulante</b>					
SPRS III (i)	Mútuos	1.118	-	-	-
Platão Energia (ii)	Adiantamentos	-	-	1.393	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.118</b>	-	<b>1.393</b>	-
<b>Ativo não circulante</b>					
PLIN Energia	Mútuos	89	-	404	602
Platão Energia (ii)	Adiantamentos	4.235	-	31	-
USP 5 (iii)	Outros créditos	-	1.416	-	-
USP 6 (iv)	Outros créditos	-	7.577	-	-
SP 7 (iv)	Outros créditos	-	7.577	-	-
SPRS III (i)	Mútuos	-	-	1.059	1.060
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>4.324</b>	<b>16.570</b>	<b>1.494</b>	<b>1.662</b>
<b>Total Ativo</b>		<b>5.442</b>	<b>16.570</b>	<b>2.887</b>	<b>1.662</b>

Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>				
	Rateio de despesas			
PLIN Energia	CSC	59	-	-
Platão Energia	Prestação de serviços	-	-	18
Associação de Geração Distribuída Plin		-	-	83
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>59</b>	<b>-</b>	<b>101</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Platão Capital (v)	Mútuos	11.291	6.330	11.291
SPRS III	Mútuos	-	700	639
Associação de Geração Distribuída Plin	Adiantamentos	-	190	190
<b>Total Passivo</b>		<b>11.350</b>	<b>7.220</b>	<b>12.220</b>

(i) Valores correspondentes a pagamento de despesas do CRI 173ª pela SPRS Platão Capital III em nome da Associação de Geração Distribuída Plin, em virtude de a Associação figurar como Devedora da dívida;

(ii) Saldo correspondente a adiantamento por serviços de engenharia prestados pela Platão Energia;

(iii) Saldo a receber da USP 5 decorrente de operação de cessão de passivos à Companhia, baixados em virtude da incorporação ocorrida no período.

(iv) Correspondente ao registro dos pareceres de acesso nas obras sob responsabilidade da USP 6 e SP 7, baixados em virtude da incorporação ocorrida no período.

(v) Saldo de mútuos junto à controladora Platão Capital S.A, referente a capitalização dos juros das dívidas a serem pagos em até 12 meses;

Os contratos de mútuos foram firmados sob condições específicas entre as partes, não necessariamente equivalentes às praticadas em transações de mercado.

#### 10.1. Receitas, custos e despesas com partes relacionadas

Natureza da operação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	3.506	-	332	1.198
Custos	(2.169)	-	(395)	(952)
Despesas operacionais	(1.647)	(359)	(453)	(359)
<b>Total</b>	<b>310</b>	<b>(359)</b>	<b>(516)</b>	<b>(113)</b>

## 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

### 11.1. Composição

Operação	Taxa média a.a.	Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024
Debêntures 1ª Série - PLII 11	2,5 % a.a. + CDI	73.934	62.418
Conta garantida rotativa – Banco Itaú	15,69% a.m.	20	-
<b>Total</b>		<b>73.954</b>	<b>62.418</b>
Curto prazo		73.954	62.418
Longo prazo		-	-

Operação	Taxa média a.a.	Consolidado	
		28/02/2025	31/12/2024
Debêntures 1ª Série - PLII 11	2,5 % a.a. + CDI	64.064	62.418
Total		64.064	62.418
Curto prazo		64.064	62.418
Longo prazo		-	-

## 11.2. Movimentação

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.418	61.594
Captações	20	-
Custos de transação apropriados	240	240
Juros e encargos apropriados	11.276	9.427
Amortizações de empréstimos e debêntures	-	(8.843)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	73.954	62.418

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Consolidado	
	28/02/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.418	61.594
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	39	240
Juros e encargos apropriados	1.607	9.427
Amortizações de empréstimos e debêntures	-	(8.843)
Saldo em 28 de fevereiro de 2025	64.064	62.418

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2026	1.358
2027	3.235
2028	3.235
2029	3.882
2030	3.882
2031	3.882
2032	4.529
2033	4.529
2034	5.176
2035	5.176
2036	5.823
2037	5.823
2038	23.424
Total	73.954

### 11.3 Debêntures PLII 11

Debêntures 1ª série - PLII 11	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.418	61.594
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	240	240
Juros e encargos apropriados	11.276	9.427
Amortizações	-	(8.843)
Saldo final	73.934	62.418
Curto prazo	73.934	62.418
Longo prazo	-	-

Debêntures 1ª série - PLII 11	Consolidado	
	28/02/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	62.418	61.594
Captações	-	-
Custos de transação apropriados	39	240
Juros e encargos apropriados	1.607	9.427
Amortizações	-	(8.843)
Saldo final	64.064	62.418
Curto prazo	64.064	62.418
Longo prazo	-	-

Cronograma inicialmente previsto	31/12/2025
2026	1.338
2027	3.235
2028	3.235
2029	3.882
2030	3.882
2031	3.882
2032	4.529
2033	4.529
2034	5.176
2035	5.176
2036	5.823
2037	5.823
2038	23.424
Total	73.934

Em 27 de março de 2023, a investida Platão Capital II concluiu a emissão pública em série única, por meio da emissão de 64.700 debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de desenvolver futuros projetos de construção e operação de 03 (três) unidades de usinas de minigeração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica.

O montante total captado foi de R\$ 64.700 mil e a operação foi pactuada com taxa de juros correspondente à remuneração de 10,17% a.a. + IPCA., com vencimento final em 31 de janeiro de 2038. Os custos de emissão totalizaram R\$ 3.560 mil e serão amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação, conforme orientação do pronunciamento técnico CPC 08 (R1) – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

### 11.3.1 Garantias

As debêntures são garantidas por cessão fiduciária dos direitos sobre a conta vinculada e conta da associação da emissora, bem como os recebíveis e créditos depositados, por alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emissora e totalidade das quotas de emissão das fiadoras (Platão Investimentos Ltda. e Usina Solar Platão Investimentos SPE 5 Ltda.) e pela alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos projetos, os quais foram mencionados na nota explicativa nº 8 – Imobilizado.

### 11.3.2 Cláusulas restritivas (*covenants*)

As debêntures preveem a manutenção de determinados *covenants* financeiros e não financeiros, para os quais a administração monitora constantemente.

Alterações ou readequações de características técnicas dos Projetos que, em qualquer tempo, não sejam previamente autorizadas pela Aneel, conforme aplicável, e/ou que causem efeito adverso relevante.

Cálculo do ICSD semestral = EBITDA – Impostos de renda e contribuição social/(amortização + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos).

EBITA = Receita operacional líquida – custos dos produtos e serviços prestados – despesas comerciais, gerais e administrativas + depreciação e amortização + outras receitas operacionais com efeito caixa.

O ICSD apurado não pode ser inferior a 1,15x.

O índice de cobertura do serviço de dívida apurado em 31 de dezembro de 2025 foi -0,11x.

### 11.4 Conta garantida rotativa – Banco Itaú

A empresa SPRS Platão Capital II S.A mantém contrato de conta garantida com o Banco Itaú, com limite de R\$ 20, a taxa corresponde a 15,69% ao mês.

## 12. Fornecedores

### 12.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	111	3	59	11
Total	111	3	59	11

Contemplam substancialmente a aquisição de placas, equipamentos e empreiteiros para a manutenção das usinas fotovoltaicas.

### 12.2 Aging list

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
A vencer	19	3	14	11
<b>Vencidos</b>				
De 01 a 30 dias	59	-	27	-
Vencidos de 31 a 60 dias	11	-	-	-
Vencidos de 61 a 90 dias	1	-	18	-
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	-	-
Vencidos de 121 a 180 dias	21	-	-	-
Total	111	-	59	11

## 13. Passivo de arrendamento

### 13.1. Composição

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	15.894	-
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(9.579)	-
Total	6.315	-
Curto prazo	609	-
Longo prazo	5.464	-

	Consolidado	
	28/02/2025	31/12/2024
Arrendamentos a pagar	15.556	15.644
(-) Juros a apropriar sobre arrendamentos	(9.481)	(9.560)
Total	6.075	6.084
Curto prazo	606	605
Longo prazo	5.469	5.479

### 13.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	28/02/2025
Saldo no início do exercício	-	6.084
Novos contratos e atualizações	231	-
Pagamentos efetuados	(394)	(88)
Juros apropriados	403	79
Incorporação de investidas	6.075	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.315	6.075
Saldo no curto prazo	609	606
Saldo no longo prazo	5.464	5.469

	Controladora	Consolidado
	31/12/2024	31/12/2024
Saldo no início do exercício	-	4.420
Novos contratos e atualizações	-	1.716
Pagamentos efetuados	-	(639)
Juros apropriados	-	587
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	6.084
Saldo no curto prazo	-	605
Saldo no longo prazo	-	5.479

#### Fluxo nominal futuro esperado dos contratos

O fluxo de pagamentos nominais para os contratos de locação de imóveis rurais, estão a seguir expostos. O fluxo apresentado não apresenta a correção das futuras parcelas pelo IPCA.

Descrição	Controladora e Consolidado	
	Fluxos de pagamentos	
De 2025 a 2030	3.822	
De 2031 a 2040	6.370	
De 2041 a 2050	5.452	
Total	15.644	

## 14. Encargos tributários

Para o exercício de 2025 a Administração decidiu pela mudança do regime tributário de Lucro Presumido para Lucro Real. O saldo de impostos a recolher no encerramento do período está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	17	-	64	59
PIS e Cofins a recolher	54	-	199	188
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	117	131
Parcelamentos tributários	510	-	249	250
<b>Total</b>	<b>581</b>	<b>-</b>	<b>629</b>	<b>628</b>

## 15. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	28/02/2025
AFAC	2.665	20.045
<b>Total</b>	<b>2.665</b>	<b>20.045</b>

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	
AFAC	20.046	
<b>Total</b>	<b>20.046</b>	

Recursos recebidos da Platão Capital S.A. a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Não há prazo pré-estipulado para integralização de capital social de 36 meses.

## 16. Passivo a descoberto

### a) Capital social

Na data da incorporação contábil ocorrida em 28 de fevereiro de 2025, o capital social é de R\$ 5, dividido conforme quadro a seguir:

Acionista	Ações ordinárias	Ações preferencias	Percentual de participação	Total subscrito
Platão Capital S.A.	4.999	-	99,99%	4.999
Salvador Pastore Neto	1	-	0,01%	1
<b>Total de ações</b>	<b>5.000</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>5.000</b>

Em 04 de abril de 2025 foi aprovado, através de assembleia geral ordinária e extraordinária, o aumento de capital de R\$ 20.046 mediante conversão do saldo registrado como adiantamento para futuro aumento de capital. Portanto, em 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ 20.051 dividido conforme quadro a seguir:

Acionista	Ações ordinárias	Ações preferencias	Percentual de participação	Total subscrito
Platão Capital S.A.	20.050	-	99,99%	20.050
Salvador Pastore Neto	1	-	0,01%	1
<b>Total de ações</b>	<b>20.051</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>20.051</b>

## b) Prejuízos acumulados

Na data da incorporação contábil ocorrida em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentavam o saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 11.827. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém o saldo de prejuízos acumulados no montante de R\$ 28.482 (R\$ 9.090 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 19.392 de resultado do período. A reserva de retenção de lucros não foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 em virtude de os resultados apurados terem sido negativos.

## 17. Resultado por ação

Básico: calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do período.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do período	(19.392)	(7.997)	(2.736)	(7.997)
Lucro (prejuízo) atribuído a não controladores	-	-	-	-
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(19.392)	(7.997)	(2.736)	(7.997)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Prejuízo por ações				
Média ponderada das ações	20.051.000	5.000	5.000	5.000
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(0,0010)	(1,5994)	(0,5472)	(1,5994)

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – Diluído conforme requerido pelo CPC – 41 /IAS 31, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

## 18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Prestação de serviços	3.505	-	332	1.198
Impostos e contribuições sobre a receita	(324)	-	(12)	(45)
Total	3.181	-	320	1.153

A SPRS Platão Capital II S.A. celebra contratos de locação de seus sistemas de geração de energia solar com a Associação de Geração Distribuída Plin.

## 19. Custos, despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Serviços administrativos (i)	(983)	(371)	(258)	(462)
Depreciação e amortização (ii)	(2.169)	-	(395)	(952)
Despesas com operação e manutenção (iii)	(1.005)	(554)	(288)	(914)
Outras despesas (iv)	(490)	(71)	(65)	(102)
Total	(4.647)	(996)	(1.006)	(2.430)
Custo dos serviços prestados	(2.169)	-	(395)	(952)
Despesas gerais e administrativas	(2.478)	(996)	(611)	(1.478)

(i) Valores compostos substancialmente por honorários advocatícios, honorários contábeis e por consultorias especializadas em pesquisas e análises.

(ii) Decorrente da incorporação das investidas realizada no período, bem como da conclusão das obras e início das operações das usinas das localidades de Diamantino, Miranda I e II, Cassilândia e Maristela.

(iii) Gastos com serviços de operação e manutenção ("O&M") necessários para o funcionamento e performance das usinas.

(iv) Valores compostos, majoritariamente, por despesas gerais inerentes à operação, como manutenção, reparos e seguros.

## 20. Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
Baixa de saldo de despesas reembolsáveis - Obra de rede (i)	(696)	-	(94)	-
Baixa de ativos (ii)	(442)	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	56
Impairment do ativo imobilizado (iii)	(3.669)	-	-	-
Total	(4.807)	-	(94)	56

(i) Para agilizar a conexão das usinas à rede da concessionária, a Companhia executou, por conta própria, as obras de instalação de religadores automáticos e transformadores de potência, originalmente de responsabilidade da concessionária. O valor não reembolsado foi reconhecido no resultado do período como uma despesa.

(ii) Decorrente da baixa de impostos diferidos constituídos previamente, para os quais a Administração entende que não há expectativas de realização.

(iii) Valor referente à constituição de provisão do valor recuperável do ativo imobilizado.

## 21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	28/02/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	-	77	-	79
Total receitas	-	77	-	79
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros sobre endividamento	(11.532)	(5.127)	(1.650)	(5.127)
Ajuste a valor presente - Mútuos	(315)	-	(199)	(1.299)
Juros sobre arrendamentos	(404)	-	(79)	(469)
Outras despesas financeiras	(47)	(41)	(2)	(260)
Total despesas	(12.298)	(5.168)	(1.929)	(7.155)

As receitas financeiras são provenientes dos recursos mantidos em aplicações financeiras. As principais despesas financeiras correspondem aos juros e demais encargos financeiros sobre as debêntures, CRIs e arrendamentos mantidos pelas companhias do Grupo.

## 22. Resultado de equivalência patrimonial

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
USP 5	19	(24)
USP 6	(376)	(656)
SP 7	(463)	(1.230)
Total	(820)	(1.910)

## 23. Provisões para contingências

Na data da incorporação contábil ocorrida em 28 de fevereiro de 2025 e em 31 de dezembro de 2025, não existiam processos de natureza cível, tributário e trabalhista considerados como probabilidade de perda provável e possível, por essa razão não há saldos a serem contabilizados ou divulgados em nota explicativa, conforme estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, à captação de empréstimos e emissão de debêntures, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas informações financeiras, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

### a) Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos

#### i) Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

A Administração declara que monitora constantemente o risco desta variação e que não acredita em variações acima do previsto.

#### ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

#### iii) Risco de mercado

O risco de mercado está associado, principalmente, a alterações regulatórias, tarifárias e legislativas que podem alterar o setor que a Companhia está inserida. A Administração monitora regularmente o cenário setorial e regulatório, avaliando seus possíveis impactos e adotando medidas de adaptação sempre que necessário.

#### iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	31/12/2025	
	Controladora	
	Valor contábil	% sobre o PL
Fornecedores	111	(2,33%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	73.954	(1.553%)
Passivos de arrendamento	6.315	(132,61%)
Débitos com partes relacionadas	11.350	(238,34%)

	28/02/2025	
	Consolidado	
	Valor contábil	% sobre o PL
Fornecedores	59	(0,50%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	64.064	(541,91%)
Passivos de arrendamento	6.075	(51,39%)
Débitos com partes relacionadas	12.220	(103,37%)

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	111	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	73.954	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	78	-	394	754	5.089
Débitos com partes relacionadas	59	-	-	11.291	-

	Consolidado				
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos
Fornecedores	59	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	64.064	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	59	-144	297	724	4.851
Débitos com partes relacionadas	101	-	-	12.119	-

#### b) Categorias de instrumentos financeiros

A Companhia adota o CPC 46 / IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para classificação e divulgação de seus instrumentos financeiros. O valor justo representa o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são classificados em três níveis de hierarquia:

Nível 1: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação baseadas em variáveis observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas de avaliação baseadas em variáveis não observáveis.

Na data-base, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou em outros resultados abrangentes. Os principais instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado, cujos valores contábeis se aproximam substancialmente de seus valores justos.

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Nível	31/12/2025		
		Controladora		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	-
Contas a receber	2	-	1.839	1.839
Créditos com partes relacionadas	2	-	5.442	5.442
<b>Total de ativos financeiros</b>		-	<b>7.281</b>	<b>7.281</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	2	-	111	111
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	-	73.954	73.954
Passivos de arrendamento	2	-	6.315	6.315
Débitos com partes relacionadas	2	-	11.350	11.350
<b>Total de passivos financeiros</b>		-	<b>91.730</b>	<b>91.730</b>
Efeitos líquido de ativos e passivos financeiros		-	(84.449)	(84.449)

	Nível	28/02/2025		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	1	1
Contas a receber	2	-	354	354
Créditos com partes relacionadas	2	-	2.887	2.887
<b>Total de ativos financeiros</b>		-	<b>3.242</b>	<b>3.242</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	2	-	59	59
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	-	64.064	64.064
Passivos de arrendamento	2	-	6.075	6.075
Débitos com partes relacionadas	2	-	12.220	12.220
<b>Total de passivos financeiros</b>		-	<b>82.418</b>	<b>82.418</b>
Efeitos líquido de ativos e passivos financeiros		-	(79.176)	(79.176)

(\*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

#### c) Análise de sensibilidade

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

A administração avalia que a variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras da operação e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da Companhia. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade usando o cenário provável com as taxas de riscos das próprias transações e outros dois cenários demonstrando o risco de elevação da taxa, sendo o primeiro acréscimo de 25% e o segundo com 50% sobre a taxa que corresponde ao cenário provável.

Transações	Risco	31/12/2025	Taxa	Cenário provável	Controladora			
					Taxa	Cenário I	Taxa	Cenário II
<b>Ativo financeiro</b>								
Caixa e aplicações financeiras	Redução da CDI	-	14,32%	-	10,74%	-	7,16%	-
Contas a receber	Redução do IPCA	1.839	4,26%	1.918	3,20%	1.898	2,13%	1.879
		1.839		1.918		1.898		1.879
<b>Passivo financeiro</b>								
Debêntures – PLII11	Aumento da CDI	73.934	14,32%	84.524	17,91%	87.172	21,49%	89.820
Demais empréstimos	Aumento do IPCA	20	4,26%	21	5,33%	21	6,39%	21
Passivo de arrendamentos	Aumento do IPCA	6.315	4,26%	6.584	5,33%	6.651	6,39%	6.718
<b>Exposição líquida</b>		<b>(78.429)</b>		<b>(89.211)</b>		<b>(91.946)</b>		<b>(94.680)</b>

Transações	Risco	28/02/2025	Taxa	Cenário provável	Taxa	Cenário I	Taxa	Consolidado	
								Cenário II	
<b>Ativo financeiro</b>									
Caixa e aplicações financeiras	Redução da CDI	1	14,79%	1	11,09%	1	7,40%	1	
Contas a receber	Redução do IPCA	354	5,06%	372	3,80%	368	2,53%	363	
		355		373		369		364	
<b>Passivo financeiro</b>									
Debêntures – PLII11	Aumento da CDI	64.064	14,79%	73.540	18,49%	75.908	22,19%	78.277	
Passivo de arrendamentos	Aumento do IPCA	6.075	5,06%	6.382	6,33%	6.459	7,59%	6.536	
		70.140		79.922		82.368		84.813	
<b>Exposição líquida</b>		<b>(69.785)</b>		<b>(79.549)</b>		<b>(82.000)</b>		<b>(84.450)</b>	

## 25. Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas, protegem seus ativos através de contratos de seguro alinhados ao porte das companhias e às especificidades dos empreendimentos fotovoltaicos.

As apólices são contratadas em valores considerados adequados pela administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza das operações e os riscos inerentes ao setor de energia solar.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas mantinham apólices de seguros contratadas com terceiros, com os seguintes limites máximos de indenização:

Tipo	Limite máximo de indenização
Danos materiais	10.421
Alagamento e inundação	1.200
Danos elétricos	3.000
Quebra de máquinas	500
Vendaval	3.000
Roubo e/ou furto qualificados de bens	1.000
Equipamentos eletrônicos	500
Perda e/ou pagamento de aluguel	1.000
Despesas extraordinárias	500
Despesas com honorários de peritos e consultores	500
Despesas de salvamento e contenção	500
<b>Total</b>	<b>22.121</b>

Os seguros não foram escopo da revisão das informações financeiras realizadas pelos auditores independentes.

\* \* \*